

UNEMAT Editora

Editor: Maria do Socorro de Sousa Araújo

Capa Final: Ricelli Justino dos Reis

Diagramação: Ricelli Justino dos Reis

Editora UNEMAT 2015

online

Conselho Editorial:

Maria do Socorro de Sousa Araújo (Presidente)

Ariel Lopes Torres

Luiz Carlos Chieriegatto

Mayra Aparecida Cortes

Neuza Benedita da Silva Zattar

Sandra Mara Alves Silva Neves

Severino de Paiva Sobrinho

Tales Nereu Bogoni

Roberto Vasconcelos Pinheiro

Fernanda A. Domingos Pinheiro

Roberto Tikao Tsukamoto Júnior

Gustavo Laet Rodrigues

Revista História e Diversidade/Expediente:

Coordenadores /Organizadores: Osvaldo Mariotto Cerezer

Marli Auxiliadora de Almeida

História e Diversidade [recurso eletrônico] / Revista do Departamento de História. Cáceres: UNEMAT Editora. Vol. 6, nº. 1, (2015), 232 p.

Modo de acesso:<<http://periodicos.unemat.br/index.php/historiae-diversidade>>Semestral.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader (ou similar).

ISSN: 2237-6569

1. História. 2. Diversidade Cultural.

CDU 94+304.4 (05)

Editora UNEMAT

Avenida Tancredo Neves nº 1095 - Cavalhada

Fone/fax: (0xx65) 3221-0077

Cáceres-MT – 78200-000 - Brasil

E-mail: editora@unemat.br

Revista



Dossiê “As Leis e suas práticas: a diversidade em exercício”

O ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA NO DF: PERCALÇOS E PERCURSOS DE UMA ÚNICA HISTÓRIA CHAMADA BRASÍLIA

Cristina Maria Costa LEITE
Universidade de Brasília(UNB)
E-mail: [criscostaleite@gmail.com]

Renísia Cristina GARCIA-FILICE
Universidade de Brasília(UNB)
E-mail: [renisiagarcia@gmail.com]

RESUMO: Este artigo, de base teórica, problematiza situações reveladas nas práticas de ensino das disciplinas citadas, que evidenciam algumas agruras das populações das localidades "não-Brasília". No bojo da segregação espacial, revelam-se singularidades culturais, sociais e raciais. Com isto, abala-se a história tradicional, a identidade forjada brasiliense, e emergem outras, desconhecidas, recentes, híbridas e em franco processo de reafirmação, legitimidade e originariamente diversas.

Palavras Chave: Histórias/ Geografia/ Memória/ Identidade/ Brasília.

THE TEACHING OF HISTORY AND GEOGRAPHY IN DISTRITO FEDERAL, BRAZIL: MISHAPS AND PATHS OF A SINGLE HISTORY CALLED BRASILIA

ABSTRACT: This article, theoretical base, discusses situations revealed in the teaching practices of the aforementioned disciplines, which show some hardships of the people of the localities "non-Brasilia". Amid the spatial segregation, are revealed singularities cultural, social and racial. With this, it shakes up the traditional history, identity forged Brasilia, and emerge other, unknown, recent, hybrid and frank process of reafirmation, legitimacy and originally different.

Key Words: Stories/ Geography/ Memory/ Identity/ Brasilia.

Introdução

No momento da elaboração deste artigo nos deparamos com uma matéria intitulada "Todo mundo quer meter a mão em Brasília", cuja entrevistada foi Maria Elisa Costa. O subtítulo trazia a seguinte informação "filha do inventor de Brasília sugere uma comissão deliberativa para cuidar do Plano Piloto". Nestas poucas linhas fica evidente a convicção da filha de Lúcio Costa, o arquiteto e urbanista que desenhou o projeto de Brasília, de como deveria ser tratada "uma cidade com quase 3 milhões de habitantes e um centro histórico [a capital do Brasil] que tem que ser preservado"¹. Ela se referia à forma como percebe o Distrito Federal, subsumido em Brasília, o "centro histórico".

Este registro providencial da história local, que se ancora na memória individual, formata a memória coletiva e compõe a história nacional, vem ao encontro das nossas reflexões. É comum considerar a cidade de Brasília como sinônimo de Distrito Federal, a

¹ Jornal Correio Brasiliense. Brasília, 20 de junho de 2015.

cidade de “3 milhões de habitantes” mencionada por Costa (2015). Esta perspectiva, para nós historiadora e geógrafa, que respondemos por estas disciplinas voltadas para os anos iniciais de escolarização e para a Educação de Jovens e Adultos, na Faculdade de Educação da UnB, traz implicações nefastas. Esta percepção que se materializa no cotidiano de Brasília evidencia dentre outros fatos: i) o peso de uma “única história” que privilegia, no Distrito Federal, a construção de Brasília, como símbolo da memória nacional e do empreendedorismo de Juscelino Kubitschek (JK), Lúcio Costa e Oscar Niemeyer ². Os três protagonistas/heróis da identidade nacional, concomitantemente, ii) escamoteia a realidade de um território fragmentado em 31 Regiões Administrativas (RAs), com distintas configurações espaciais. Sendo que, algumas RAs dispõem de núcleos urbanos e área rural, inclusive com sítio urbano registrado em cartório; possuem expressivo contingente populacional, em sua maioria negra e empobrecida, e que vive distante do centro (Brasília). Algumas, eminentemente urbanas, conurbadas à Brasília, até se assemelham a uma extensão dessa, embora possuam singularidades. Iii) Mas, em qualquer um dos casos percebe-se que a configuração espacial do DF é peculiar, e expressa uma diversidade de territórios que apresentam, também, particularidades no tocante à sua própria história, que é substancialmente diversa da História de Brasília, a capital federal; a despeito de terem relações estritas e diretas com a mesma.

As cidades possuem histórias e demandas próprias. E, são estas peculiaridades, a depender de onde se está ministrando aulas de História e Geografia, que revelam um mundo que se descortina, inclusive, no conflito com a centralidade delegada à Brasília. A visibilidade da capital se consolida na opressão e invisibilidade de inúmeras histórias no/do DF. E, a orientação seja nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino destas disciplinas, História e Geografia (MEC, 1997), seja no “Currículo em Movimento”, documento referência para o estudo da história local no DF (GDF, 2013), a diretriz é clara: tratar da história local, dos sujeitos da história, das migrações, da ocupação do espaço com vistas a evidenciar relações de pertencimento e a identidade engendradas nos atravessamentos estabelecidos no local. Não seria possível, assim, privilegiar a história oficial, em detrimento das histórias locais. Obviamente, no decorrer das disciplinas, estabelecem-se aproximações e distanciamentos que vão se configurando, e quanto mais qualificados e instrumentalizados estiverem os futuros docentes, pedagogos/as ou alunos/as de licenciaturas, para penetrarem na realidade dada a conhecer, melhor. É preciso respeitar movimentos, fluxos e refluxos, em relação ao que vigora na realidade dada a conhecer, em contraponto ao que se faz constar na maioria dos livros didáticos de História e Geografia do País, sobre o que seja Brasília. Com esse movimento, mais se contribuirá para a consciência de que somos sujeitos da história.

É com esta percepção ampla e orientada, mas não definida a priori, que o presente artigo apresenta outras perspectivas sobre as História do DF e sua Geografia. Trata-se de

² A entrevistada menciona três “heróis” da memória nacional, e se auto-intitula no direito de dizer o que bem entende por ser filha de Lucio Costa. “Cuidadora” da cidade e da memória, o intuito é “evitar que, daqui a muito menos que a gente imagina, a parte original de Brasília seja reduzida a um aviõzinho cercado de torres por todos os Lados”. Ela denuncia o bicho esquisito que o DF se tornou. Um Estado, com uma Câmara Legislativa submetida do Governo Federal (Idem, Ibidem).

um artigo teórico e descritivo. Valoriza histórias de vida das populações das localidades da “não Brasília”, considerando aspectos econômicos, de raça, de gênero e geracional. Basicamente, pautado em algumas experiências em curso nas disciplinas de História e Geografia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/DF).

Ao reedificar a memória de um território que se constituiu no processo de segregação espacial, imposto pela construção da capital, busca-se avaliar em que medida as populações das 31 cidades do DF, vem superando sua situação periférica e estabelecendo novos arranjos territoriais e identitários, ressignificando a “identidade brasiliense” que lhes é imposta. Reestabelecendo outras, ainda desconhecidas, recentes, híbridas e em franco processo de reafirmação e legitimidade. Assim, pretende-se estruturar tal raciocínio, inicialmente, a partir da consideração de algumas ideias que se reportam ao processo de construção da capital do País, e que vão ao encontro, muitas delas, à defesa de Maria Elisa Costa do “sítio histórico”, Brasília; mas colide com a história cotidiana, a que pesquisamos, posto que não nos pautamos em “verdades” propagadas. Até porque, no contexto em ebulição que é o DF, não há uma verdade, mas experiências que se conformam, deformam, se reconfiguram no processo.

1. Portadores/as da nação: Brasília, a capital.

Há registros que a idealização de uma capital para o Brasil, no centro geográfico do País, ocorreu no período de transição do Império para a República. A promulgação da 1ª Constituição Brasileira, em 1891, estipulou uma área de 14.400 quilômetros quadrados destinada à construção da nova capital. Tal determinação legal acarretou a instituição de uma comissão científica, denominada Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil/Missão Cruls, com o propósito de demarcar o território do DF e indicar a localização de Brasília. Assim, no ano de 1893, numa região com baixa densidade de ocupação, mas nem por isto desocupada (há de se destacar), caracterizada por pecuária extensiva e rota de passagem para o comércio de gado bovino, a passagem do astrônomo Luis Cruls demarcou fortemente estes territórios. Anos mais tarde, ao abrigar a capital da República do País, toda a movimentação desencadeada para “receber” o “novo” modificaria de modo irreversível a vida das comunidades e o processo de ocupação desta localidade. Instaurou-se uma determinada visão de modernidade, a partir da tentativa de sepultamento da memória pré-existente, que como vimos, é defendida por figuras tidas como eminentes “portadoras da história de Brasília”, e que, pelas análises, logram parcialmente êxito.

Pensamos ser desnecessário informar que, teoricamente, o processo de ocupação da região Centro-Oeste passou a ser considerado a partir da instituição de Brasília. Tal fato atesta conflitos recorrentes, no campo da historiografia, em que histórias locais foram solapadas pela construção de uma memória nacional. No movimento em questão, forja-se uma única História ancorada numa total desconsideração com as diversas histórias dos lugares da região.

Desde sua origem, os modos de vida, as culturas das populações que aí residiam - grosso modo, remanescentes dos ciclos de mineração e da decorrente atividade de criação de gado bovino, dadas as condições naturais favoráveis à pecuária extensiva, características do cerrado, com seus saberes e fazeres; não foram consideradas. Existem poucos registros

“oficiais” destas histórias, e também, da presença de povos indígenas, de etnias variadas, que transitavam pelo território goiano. Sob esta perspectiva, a consolidação da ideia da capital estrutura-se a partir do desmonte de uma diversidade de culturas.

Décadas mais tarde, fica o registro da concretização da capital da república no governo Juscelino Kubitschek como resultado da “sua” determinação política, tendo como parceiros Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Tombada como patrimônio, não a cidade, mas o “conceito da cidade, através das escalas urbanas que meu pai usou para fazer o projeto – a escala monumental, a residencial, a gregária, a bucólica”, como diz a filha de Lúcio Costa (2015).

Motivado pela aspiração de modernidade, JK envidou esforços para a edificação da capital no coração geográfico do País, território considerado ermo. A apropriação deste lugar inóspito na consolidação de uma memória nacional nem sempre apresentou a dinâmica que envolveu a construção desta parte da história brasileira. Naquela ocasião, a construção da capital mobilizou as opiniões públicas e populares, a favor e contra o empreendimento. Polemizou-se a questão na perspectiva dos custos e de seu significado político para às regiões.

A despeito da enorme repercussão, a construção da capital ocorreu e sua inauguração, em 21 de abril de 1960, estabeleceu um novo marco no processo de ocupação do território, desencadeou um redirecionamento dos fluxos migratórios, até então fortemente orientados ao eixo Rio - São Paulo, e estabeleceu uma nova História para o lugar, e nesta, populações inteiras e múltiplas vivências foram desconsideradas. Como exemplo citamos o município de Planaltina (1859), já existentes em Goiás, e que foi fragmentada em Planaltina de Goiás e Planaltina do Distrito Federal, em virtude da demarcação do quadrilátero, o que significou a perda de suas terras para o DF e a subversão de sua própria História, tendo que subjugar-se à Brasília.

A capital da República foi construída para abrigar os funcionários públicos e os demais profissionais vinculados direta ou indiretamente ao poder público. Nesse sentido, a esses/as empregados/as era assegurado o direito de morar em Brasília. Interessa-nos destacar que aqueles que vieram para construir a cidade - a mão de obra operária e de prestação de serviços não enquadrada no funcionalismo público, ficou à deriva da movimentação de se forjar o território, Brasília. Esta articulação “de cima”, política, se constituiu num emblemático problema social, em paralelo com o nascimento e consolidação da nova capital do País e se constituiu num dos maiores entraves para se ministrar outras Histórias do Distrito Federal, posto que, em sua maioria, os registros, em especial livros didáticos de História e Geografia, fixam na História da construção de Brasília, e não em histórias da construção. Focam numa determinada História, que tem como atores centrais, os já mencionados JK, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, e numa outra referência, os pioneiros e candangos (trabalhadores/as que vieram à época da construção) .

O resultado desse processo concretizou-se na criação das cidades chamadas, inicialmente, Satélites. Concebidas como o lugar para o assentamento das populações vindas para compor a mão de obra braçal, em sua maioria do Norte e Nordeste (Castro e Garcia-Filice, 2013). Essas populações incorporaram-se aos desconhecidos moradores/ras dos po-

voados integrando estas que ficaram marcadas como “cidades dormitórios”, trabalhava-se em Brasília, dormia-se na região de origem.

Nessa perspectiva, consagrou-se um modelo centro-periferia, onde o centro corresponde à Brasília (que tem uma população de 209.766) e a periferia, em média cerca de 30 Km distante desse centro, daí anunciarem ter Brasília mais de dois milhões e quinhentos mil habitantes (Codeplan-Pdad/DF, 2011). Esse número remete às demais localidades, e as que surgiram em virtude da sua construção: Núcleo Bandeirante, Gama, Taguatinga, Sobradinho, Paranoá e Ceilândia. Constitui-se, assim, o solapamento de histórias e identidades, formatando a periferação ao redor de Brasília.

Mesmo cidades como Brazlândia, sendo datada de 1933 e, como dito, Planaltina, de 1859, são anteriores à criação de Brasília. Mas, em virtude de aspectos econômicos, sociais e raciais imersos em relações de poder, não foram suficientemente “fortes” para superar sua condição periférica (PAVIANI, 1999), seja em relação ao espaço, ao acesso aos bens e insumos e, em relação à sua própria História e memória, obscurecidas em face do Projeto de Lúcio Costa, à “criatividade” de Oscar Niemeyer e ao “empreendedorismo” de Juscelino Kubtschek. E, a migração sendo, em sua maioria, originárias de cidades de maioria negra, como o Norte e o Nordeste, remete a outro problema grave nesta parte da história do País. O tratamento dado às populações negras, e seus movimentos diaspóricos são frequentemente invisibilizados.

Do total de mais de 2.500.000 habitantes, segundo a Companhia de Planejamento do DF, em sua Pesquisa Distrital por amostra de domicílios do Distrito Federal (Codeplan/Pdad-DF, 2011); 1.3178.405, ou seja 54%, do montante populacional se autodeclara negra. O mapa do DF revela que a maioria dos negros/as moram nas cidades circunvizinhas a Brasília, e que em relação renda, moradia e escolaridade, essa população possui os piores indicadores. Situação recorrente em todos os Estados da federação.

Mesmo uma minoria de negros/as que possuem um padrão locacional diferenciado, e vivem em regiões de rendas mais altas como o Lago Sul e o Lago Norte, são apenas 19%, para 81% de não-negros/as. Já nas regiões de menor poder aquisitivo, como Estrutural, Varjão e Itapoã, a situação é inversa e mais de 75% da população é negra (Codeplan/Pdad-Df, 2001, p. 8).

A marca dessa segregação econômica e racial, se qualifica quando nota-se que a maioria da população está empregada, independente do recorte racial, mas, em relação às ocupações não se dá o mesmo. O maior percentual de não-negros/as alinha-se aos maiores salários, a maior escolaridade e melhores moradias, e diz respeito aos funcionários públicos, e esses se concentram, majoritariamente, em Brasília. Assim, um olhar histórico mais detalhado para o perfil populacional do DF, por recorte de raça e classe, tendo como referencial também os deslocamentos populacionais e o desenho do DF, são esclarecedores sobre aspectos excludentes históricos (Castro & Garcia-Filice, 2013).

Pelo traçado, pode se dizer que há uma linha divisória entre os/as residentes em Brasília e as populações residentes nas cidades. No traçado da capital concretizou-se um território bem estruturado por meio da rede de saneamento básico, cuja espacialização evidencia um anel sanitário de proteção a Brasília. Um território delimitado pelo acesso

a infraestrutura de saneamento, o centro. A partir dele, localiza-se a periferia, desprovida dessa mesma condição (CARPINTERO, 1998).

A espacialização dessa conjuntura evidencia, não somente, a desigualdade resultante do processo de segregação espacial, como também ilustra perspectivas diversas da vida em um território polinucleado e multifacetado, subordinado à lógica de um centro artificialmente construído, mas que se materializa e, se estudado, permite verificar vínculos com a história do País, especialmente, se atentamos, a relação raça/etnia, condição econômica e migrações, numa perspectiva histórica e geográfica.

Nesse sentido, e considerando-se os múltiplos movimentos da História, o enfoque no ponto de vista das populações que constituem a História desse território, DF, justifica também, a apreensão da realidade em perspectivas radicalmente opostas, pautadas pelo resgate de velhas histórias e pela estruturação das novas, numa dialética contínua, inerente ao próprio processo de construção do espaço pelo movimento da população engendrado em relações de poder, econômicas, raciais e de gênero³.

Entretanto, na historiografia, fica, a partir da inauguração da capital do País, uma periodização linear da História, que emerge subordinada a Brasília e como decorrência desta. O que nos leva a problematizar esses movimentos é verificar os impactos dos discursos na percepção dos/as moradores/as das diferentes cidades do DF, que como vimos, por vários fatores possuem singularidades entre si, são em sua maioria negros/as, ocupam funções de baixa remuneração e não tem acesso aos mesmos insumos e benefícios estruturais, que os residentes em Brasília. Daí, as diferenças históricas em relação à capital, se acirram quando ampliamos o olhar.

Na realidade, devido ao processo de consolidação dessa cidade como centro político nacional, a introjeção dessas "verdades" pelas populações da não-Brasília, é o que mais chama a atenção em termos de conflitos, acomodações, e ressignificações. Os trabalhos de campo e as pesquisas realizadas pela área de História e Geografia da FE/UnB, tem evidenciado uma hegemonia de Brasília nas referências identitárias de uma população que, majoritariamente, não habita esta cidade, e sim o seu derredor. Tal afirmação pode ser verificada no Quadro 1, que se segue da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios/PDAD mais recente, que os dados de 2011. Atesta-se que o Distrito Federal continua com uma população superior a 2.500.000 habitantes, e cresce aceleradamente. Registrou-se em 2013, uma população de 2.786.684 habitantes, crescimento de mais de 200.000 em dois anos; do montante geral, apenas 216.489 correspondem a Brasília, cerca de 7,7 %.

Quadro 1- População Urbana do Distrito Federal, por Regiões Administrativas/2013

Regiões Administrativas		População
Nº RA	Nome	
RA I	Brasília	216.489
RA II	Gama	134.958

3 Sobre as relações de gênero, não abordaremos aqui, mas tem sido objeto de estudos na disciplina de Ensino História, Identidade e Cidadania, da Faculdade de Educação da UnB.

RA III	Taguatinga	212.863
RA IV	Brazlândia	51.121
RA V	Sobradinho	63.715
RA VI	Planaltina	185.375
RA VII	Paranoá	46.233
RA VIII	Núcleo Bandeirante	23.714
RA IX	Ceilândia	451.872
RA X	Guará	119.923
RA XI	Cruzeiro	32.182
RA XII	Samambaia	228.356
RA XIII	Santa Maria	122.721
RA XIV	São Sebastião	98.908
RA XV	Recanto das Emas	138.997
RA XVI	Lago Sul	30.629
RA XVII	Riacho Fundo	37.606
RA XVIII	Lago Norte	34.182
RA XIX	Candangolândia	16.886
RA XX	Águas Claras	118.864
RA XXI	Riacho Fundo II	39.424
RA XXII	Sudoeste/Octogonal	52.273
RA XXIII	Varjão	9.292
RA XXIV	Park Way	19.727
RA XXV	SCIA (Estrutural)	35.094
RA XXVI	Sobradinho II	97.466
RA XXVII	Jardim Botânico	25.302
RA XXVIII	Itapoã	59.694
RA XXIX	SAI	1.997
RA XXX	Vicente Pires	72.415
RA XXXI	Fercal	8.408
TOTAL		2.786.684

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios/PDAD/2013.

Diante deste contexto histórico-geográfico conturbado fica uma pergunta: o que é Brasília?

2. Entre memórias, histórias e espaços: o que é Brasília?

Em face das histórias e geografia em tela, não é de se estranhar que vigore uma confusão acerca do entendimento referente a Brasília, resultado das lógicas diversas que o construíram e do discurso hegemônico proveniente desse. Nesse sentido, em pesquisa referente à percepção do que é Brasília, na perspectiva de moradores do DF e seu Entorno, Cidade (2004) identifica que o entendimento sobre o que vem a ser Brasília é ambíguo e muda de acordo com a origem do depoente.

Os moradores das localidades limítrofes ao DF (Entorno) consideram Brasília como todo o território do DF. Já aqueles que vivem nas cidades que aqui chamamos "não - Brasília", percebem de modo muito claro uma distinção entre Brasília e suas localidades, referindo-se à primeira como Plano Piloto. A exceção a tal clareza que opera no cotidiano do DF, ocorre, quando se considera Brasília na perspectiva de sua importância nacional. Nesse sentido, a capital passa ser o Plano Piloto (na cidade estão espalhadas inclusive placas com esta denominação), forma de identificação de procedência menos conflituosa, mais decodificada, também para pessoas de outros Estados. Do mesmo modo, aos habitantes de Brasília cabe uma percepção muito precisa de que as 31 cidades (RAs) não correspondem a Brasília.

Em resumo, diríamos: i) na percepção dos moradores/as do DF, Brasília é tida como o Plano Piloto, e não se confunde com a sua cidade. ii) No confronto com questionamentos sobre sua cidade de origem ou moradia (estando em outros Estados, por exemplo), acionam a história pautada na memória nacional que prioriza Brasília, sendo ela a referência do DF, como um todo (conforme Maria Elisa Costa relatou na entrevista); iii) e a própria percepção dos/as residentes em Brasília, que possuem a clareza de que são territórios distintos, as 31 cidades e a capital.

Importante ressaltar que a primeira referência legal quanto à criação de cidades, chamadas satélites, se referiam aos núcleos autônomos periféricos a Brasília, e data de 1960. Nesse sentido, pode-se afirmar que tais localidades foram previstas, mas não planejadas e por isso não dispunham do mesmo tratamento conferido à capital (SETTI, 2005). Anos mais tarde, o termo Cidade Satélite foi extinto na gestão do governo Cristovam Buarque (1995-1998), por meio do Decreto n. 10.040/98, passando a ser designado apenas por cidade. Para o presente texto, manteve-se o termo cidade, e não Regiões Administrativas ou Satélites, tão somente pelo sentido que tais termos acionam, a condição periférica de constituição das mesmas em relação a Brasília. E, em relação a essa, é necessário considerar os dispositivos legais vigentes que especificam os setores que compõem essa cidade, a saber:

(...)conceitua-se Brasília, capital da República Federativa do Brasil, sede do Governo do Distrito Federal e da Região Administrativa I, como o conjunto urbanístico de Brasília, construído em decorrência do Plano Piloto de autoria de Lúcio Costa, excluídos o Cruzeiro e a Candangolândia e acrescidos dos seguintes setores e respectivas siglas da nomenclatura urbana: Parque Nacional de Brasília/PqNB, Setor Militar Complementar/SMC; Parque Ferroviário de Brasília/PFB; Setor de Múltiplas atividades Norte/SMAN; Setor de Oficinas Norte/SOFN; Parque de Exposição Agropecuária do Torto/PqEAT; Granja Modelo do Torto/GMT e Setor Invernada do Torto/SIT (LASSANCE, 2002, p.67).

Ou seja, Brasília não se confunde com o DF, e é a Região Administrativa I. Mas, a ambiguidade sobre o que é Brasília, pode ser corroborada até por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, órgão responsável pelo censo e fornecimento dos dados oficiais relativos ao território nacional. Nesta perspectiva oficial, Brasília incorpora todas as cidades existentes no território do DF, conforme pode ser constatado no Quadro 2:

Quadro 2: População do Distrito Federal pelo censo IBGE

Especificação	Quantidade
TOTAL	2. 570. 160
Urbana	2. 482.210
Urbana na sede municipal	2. 467. 139
Rural	8.7 950
Urbana (%)	96,58
Urbana na sede municipal (%)	95,99
Rural (%)	3,42
Area Total	5 787, 8
Densidade Demográfica	444. 07

Fonte: WWW.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?inf=53&dados=1

Tal compreensão é distinta da concepção do governo do Distrito Federal, que diferencia Brasília das demais localidades que se inserem no quadrilátero, e também justifica a confusão que reina. Como dito, contraditoriamente, os/as moradores/as das 31 cidades não se sentem Brasília, e sim, originários de suas cidades, mesmo se apresentados diluídos no quadro do IBGE. Nesse sentido, o entendimento referente ao quantitativo populacional de quase 3.000.000 de habitantes ancora-se no especificado para Brasília, como atesta o Quadro 1.

Neste contexto conturbado reconhece-se que existe, de fato, uma significativa ambiguidade sobre o que vem a ser Brasília, notadamente quando se consideram perspectivas diferenciadas referentes à identificação do território e ao sentido de territorialidade, compreendido como um sentimento de pertencimento a um dado local e/ou compartilhamento de uma identidade comum. Em qualquer que seja o caso, tal situação pode justificar a ausência das histórias das cidades “não – Brasília”, a partir da percepção das pessoas que ali viveram. Pelas razões expostas e outras ainda a conhecer, essas histórias ficaram esparsas, dispersas e ainda não se traduziram nem se configuraram como memória coletiva de uma população “satélite”, embora isto não queira dizer que não existam.

Em outras palavras, se não há memória sobre os lugares além de Brasília, como se desenvolve uma identidade sobre um território que não seja esse? Essa situação significa negação das identidades locais? Atesta uma supervalorização de Brasília em detrimento dos demais lugares? Denota um conteúdo ideológico, um viés de dominação, ao subjugar tudo o que não é Brasília? Escamoteia um conflito de classes? Camufla a segregação? Essas problematizações assumem um caráter de extrema importância quando se consideram as

relações intrínsecas entre memória, identidade e cidadania. Aplicadas ao caso do DF, cujo território é composto, majoritariamente, por cidades de médio porte, consolidadas como núcleos urbanos, essa situação se impõe à reflexão

3. As cidades do Distrito Federal

A constatação imediata de que existem localidades no Distrito Federal, além de Brasília, aponta para algumas considerações: existem cidades consolidadas neste território, com histórias gestadas na lógica da segregação e do decorrente processo de resistência da população. As cidades do DF apresentam expressões culturais particulares, a despeito de terem níveis de autonomia e dependência relativos em relação à Brasília, e apresentam uma identidade ambivalente, na medida em que compartilham do significado simbólico de Brasília, ao mesmo tempo em que desenvolvem uma noção de pertencimento à sua própria cidade e, por conseguinte, de valorização de sua própria cultura. Aspectos que se tornam visíveis quando estudamos por exemplo as cidades do Gama, Taguatinga e Ceilândia (LEITE, 2007).

Numa outra perspectiva, pode-se afirmar que o DF ainda apresenta as seguintes singularidades: regiões administrativas com áreas urbanas e rurais bem definidas como Brazlândia e Gama; regiões administrativas com áreas eminentemente urbanas, como é o caso do Cruzeiro; locais que abrigam expressivo contingente populacional, conurbados a Brasília, e com relativa semelhança a essa cidade, por exemplo o Sudoeste, Octogonal, Lagos Sul e Norte, numa configuração espacial que se assemelha à ideia de bairro de Brasília; localidades encravadas dentro de Brasília, numa lógica absolutamente diversa dessa cidade e se contrapondo ao rígido esquema de planejamento, como atestam os casos das Vilas Telebrasilândia e Planalto; núcleos populacionais remanescentes da ocupação inicial, como Vila Basevi; áreas rurais com aldeamentos parados no tempo, entre tantos outros exemplos (LEITE, 2007).

Importante ressaltar que a classificação e descrição histórica das cidades e localidades que compõem o DF não se constitui objetivo deste artigo. Entretanto, chama-se atenção ao fato, em virtude da diversidade de histórias, situações e configurações espaciais deste território, e do recorte racial e econômico anunciado, que o intuito é evidenciar os múltiplos movimentos que as disciplinas História e Geografia abrem às pesquisas.

Nesse sentido, a partir desse reconhecimento, torna-se necessário desconstruir as "verdades" e sentidos de que tudo é Brasília. É preciso problematizar e abrir-se a outros olhares, outras perspectivas, dos lugares e das pessoas com suas experiências, no confronto com relações de poder econômicas, raciais, sociais e culturais, histórias que pulsam em cidades "não-Brasília". Trata-se de conhecer as histórias dos sujeitos desses territórios, de suas geografias, sem nenhum intuito prévio que não "ouvir" suas vozes: desvelar suas histórias, identificar seus movimentos, valorizar suas perspectivas de leitura da realidade. Igualmente, contribuir para ampliar percepções sobre os (des)caminhos da construção de Brasília, cravada no centro do País, sob a marca de uma única história.

A título de consideração final: a dimensão da identidade

Por assim ser, a construção da identidade referenciada em Brasília constitui um discurso concreto marcado pela dualidade: de um lado Brasília, hegemônica, mais importante, bonita, central, não vivida e distante; de outro as “não- Brasília”, subjugadas, por vezes vistas como sem importância, feias, periféricas, vivida e próxima. Essa dualidade, contraditória, imputa valorização ao imaginado (no sentido de não ser vivido cotidianamente) em detrimento do vivenciado. Assim, na ausência de um discurso favorável às muitas cidades deste território, podem se estabelecer situações que dificultam seu reconhecimento como lugares de significação, de memória, de história, de vida. Em consequência, se estabelece uma desvalorização dessas populações e suas localidades, que tendem a corroborar com sentimentos de inferiorização, que cerceiam as identidades emergentes e, por conseguinte, legitimam aquela identidade distante, mas simbólica, ambivalente, que é a brasiliense. O relato que se segue, de uma moradora de uma das cidades do DF, professora, atua na mesma cidade, demonstra essa ambiguidade:

(...) não existe essa preocupação em definição, o problema é eles entenderem que Brasília é uma capital que em torno de Brasília foi feito um Distrito Federal e que Brasília é por decisões políticas e tudo mais, ela é uma referência pro Brasil inteiro, que nós estamos muito próximos a isso, mas que nós estamos próximos, ao mesmo tempo que nós estamos próximos nós não somos de Brasília, estamos próximos de Brasília, mas nós não somos Brasília. E aí é uma questão difícil por que muitos dos pais são nordestinos e eles acham que moram em Brasília, eles falam Brasília. E a gente também diz que é de lá (Entrevista concedida a LEITE, 2010)

A ocorrência dessa situação, entretanto, não evidencia a opção por uma identidade, embora referente o registro de uma única história e seus percalços. Na realidade, a percepção da entrevistada/docente, transita de um lado ao outro, em consonância com as distintas oportunidades, que surgem nas diversas ocasiões, mas que, em essência, se fundem no ato de articulação a um corpo coletivo que impele à identificação, ora brasiliense, ora de outra cidade. Desse modo, para identificação interurbana, por exemplo, prevalece a referência Brasília. Ao contrário, numa referência intraurbana, prevalece a identificação local.

A fala é reveladora de inúmeras outras com as quais temos os deparado em pesquisas no DF. O desconforto e suas contradições com a realidade vivida não é suficiente para quebrar com esta única história que funde Brasília e as 31 Regiões Administrativas do DF. O peso desta memória nacional impacta de tal forma moradores/as das cidades “não – Brasília”, que apesar de se perceberem fora do centro e das benesses que isto significa em termos de infra-estrutura, renda per capita, segurança, nível elevado de escolaridade, baixo índice de criminalidade, enfim, aspectos da história concreta, tudo isto se perde quando passam a ser vistos como moradores/as de Brasília.

O olhar do Outro, residente em outras regiões do País, e até do mundo, posto ser Brasília tombada como patrimônio mundial, recai de tal forma sobre as cidades, que por

vezes é melhor abrir mão das singularidades e histórias locais, e dizer-se brasiliense, do que ter que elencar o que significa ser ceilandense, gamense etc.

Essa fluidez das tensões identitárias, que busca referência em Brasília ou outra cidade do DF, em consonância com as situações que aparecem cotidianamente, evidenciam o processo de hibridização cultural (Canclini, ano?) e revela a face dinâmica e contemporânea da identidade; uma vez que aquelas referências não são antagônicas nem excludentes. Entretanto, a cultura local e a regional não se anulam, porque circulam e são compartilhadas tanto em um nível individual, como geral, nacional, simultaneamente. Porém, em qualquer que seja a situação, evidencia-se a necessidade de identificação/resgate de outras perspectivas identitárias, centradas nos sujeitos, nos lugares da “não-Brasília”, em suas memórias e vivências, para construção da noção de cidadania, História e Diversidade, mais reais e permeadas de sentidos de pertencimentos.

Não obstante este mergulho, não se pode descurar das relações de poder, históricas, que permeiam e imputam determinados comportamentos aos sujeitos individuais, sem que por vezes, eles mesmos percebam. É, neste sentido que o local e o global se fundem e se distanciam num movimento contínuo, de criação e recriação.

Referências Bibliográficas

LEITE, Cristina Maria Costa. **Relatório de Pesquisa – Projeto III: Identidade, Território e Paisagem**. Universidade de Brasília/Faculdade de Educação/Departamento de Métodos e Técnicas, Brasília: 2007. Mimeo.

CARPINTERO, Antônio Carlos Cabral. **Brasília: Prática e Teoria Urbanística no Brasil – 1956-1988**. Tese de doutorado. São Paulo: FAU-USP, 1998.

CARRETERO, Mario; ROSA, Alberto; GONZÁLES, María Fernanda (orgs). **Ensino de História e Memória Coletiva**. Tradução Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CASTRO, Almir Lopes; GARCIA FILICE, Renísia Cristina. Ensino de História e Políticas Públicas: interfaces entre a educação das relações raciais e a EJA. **Cad. Pesq. Cdhis**, Uberlândia, v.26, n.1, jan./jun. 2013.

CIDADE, Lúcia Cony e MORAES, Luciana Batista de. Metropolização, imagem ambiental e identidade de cidade no Distrito Federal. Rio Claro: AGETEO, **Geografia**, v.29, n. 1, p. 21-37, jan/abr, 2004.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Portal do Cidadão- Administrações Regionais**. Brasília: GDF, 2011. Disponível em <http://www.gama.df.gov.br/>. Acesso em 20.12.2011.

_____. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios**. Brasília: CODEPLAN/SEPLAN, 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/censo2010/resultados_do_censo2010.php Acesso em 25.05.2012.

LASSANCE, Adalberto. **Brasília e Distrito Federal: Imperativos Constitucionais**. Brasília: Verano Editora, IHGDF, 2002.

PAVIANI, Aldo. **Gestão do território com exclusão socioespacial**. In: PAVIANI, Aldo. (org.) Brasília – Gestão Urbana: Conflitos e Cidadania. Brasília: Ed. UnB, 1999.

_____. **A realidade da metrópole: mudança ou transformação na cidade**. In: PAVIANI, Aldo (org.) Brasília: Moradia e Exclusão. Brasília, Ed. UnB, 1996.

_____. **Brasília: A Metrópole em Crise**. Brasília, Ed. UnB, 1989.

SETTI, Arnaldo Augusto Costa, et al. **O saneamento no Distrito Federal: aspectos culturais e socioeconômicos**. 1. ed. Brasília, 2005.